

PREGÃO ELETRÔNICO nº 72/13

Processo TRT6 nº 142/2013

OBJETO	<u>Registro de Preços</u> – Fornecimento com instalação de divisórias e portas para diversas unidades do TRT 6ª Região.
BASE LEGAL	Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos nºs 6.204/2007, 5.450/2005 e 7.892/2013.
TIPO	MENOR PREÇO
DATA DA ABERTURA	24 de outubro de 2013.
HORÁRIO	11 HORAS
LANCES	15 HORAS
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília/DF
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E	Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região – Cais do Apolo, 739 - 3º andar (Coordenadoria de Licitações e Contratos) - Bairro do Recife - Recife/PE - CEP: 50030-902 Fones/Fax: (81) 3225-3444 / 3225-3445 ou 3225-3446 e-mail: cpl@trt6.jus.br
EDITAL	1) www.trt6.jus.br (links: Transparência – Contas Públicas – Licitações - Licitações em Andamento) 2) www.licitacoes-e.com.br

Retire o edital gratuitamente pelos portais
www.trt6.jus.br e www.licitacoes-e.com.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO

Coordenadoria de Licitações e Contratos / CLC
Cais do Apolo nº 739 – 3º andar – Recife/PE – CEP 50.030-902
Fones: (81) 3225.3445 / 3225.3444 – FAX: (81) 3225.3446

PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 nº 72/13

Processo nº 142/2013

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO, situado no endereço em epígrafe, por meio da Pregoeira designada pela Portaria TRT-SA nº50/2013, de 30/09/2013, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO** para **REGISTRO DE PREÇOS**, por meio de sistema eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO**, regido pelas Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 6.204/2007, 5.450/2005 e 7.892/2013 e pelas demais normas vigentes e, consoante as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo “Licitações”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br), cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos utilizam recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

A sessão de abertura de propostas ocorrerá no **dia 24/10/2013 às 11 horas**, fixando-se, ainda, este mesmo **dia, às 15 horas**, para a sessão de lances.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data fixada acima, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro fixando outra data.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília/DF.

1.0 – DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente licitação consiste no Registro de Preços para eventual fornecimento, com instalação, de divisórias para diversas Unidades Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, de acordo com o Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

1.2 - O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.3 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I	Termo de Referência.
Anexo II	Exigências para Habilitação.
Anexo III	Modelo Declaração referente ao inc. VII do Art.4º da Lei 10.520/2002.
Anexo IV	Modelo Declaração do cumprimento ao Art.27, inc. V da Lei 8.666/93.
Anexo V	Modelo de Proposta de Preços.
Anexo VI	Modelo Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preços

2.0 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão quaisquer licitantes que:

2.1.1 – exerçam atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.1.2 – atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

2.1.3 – comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos no Anexo II deste Edital.

2.2 – Não poderão participar deste Pregão, empresas:

2.2.1 – suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, na forma do inc. III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520;

2.2.2 – declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do inc. IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

2.2.3 – estrangeiras que não funcionem no país;

2.2.4 – que tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;

2.2.5 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou em liquidação ou em recuperação judicial;

2.2.6 – que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal);

2.2.7 – em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.0 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 – Observado o prazo legal de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, o fornecedor poderá solicitar esclarecimentos exclusivamente por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: cpl@trt6.jus.br, fazendo constar o número deste Pregão Eletrônico - **Pr-e nº 72/13**.

4.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 – O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1 – coordenar o processo licitatório;

4.1.2 – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

4.1.3 – conduzir a sessão pública na internet;

4.1.4 – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

4.1.5 – dirigir a etapa de lances;

4.1.6 – verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.7 – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

4.1.8 – indicar o vencedor do certame;

4.1.9 – adjudicar o objeto quando não houver recurso;

4.1.10 – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

4.1.11 – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

5.0 – DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “LICITACOES-e” DO BANCO DO BRASIL S.A.

5.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas através das Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

5.1.1 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”.

5.2 – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

5.3 – As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no *licitações-e*.

5.4 – Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT da 6ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.7 – É de inteira e exclusiva responsabilidade do pretense licitante o acesso à senha, aos dados, à chave de identificação, bem como o envio das propostas até a data e horário limite para o acolhimento.

6.0 – DA PARTICIPAÇÃO

6.1 – A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

6.2 – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3 – Caberá ao fornecedor toda diligência necessária no momento do cadastramento de sua proposta, sobretudo no tocante a antecedência necessária em relação à data prevista para abertura das propostas.

6.3.1 – Caberá, ainda, ao licitante, em caso de intercorrências no sistema, direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, ao suporte técnico do Banco do Brasil por meio dos telefones **3003-0500** (Capitais e Regiões Metropolitanas) e **08007290500** (Demais Regiões).

6.3.2 – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores, inclusive, pedido de desistência de propostas, decorrentes da não observância do disposto nos subitens acima, sujeitando-se as penalidades previstas na legislação pertinente.

6.4 – Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.0 - DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS

7.1 – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.

7.1.1 - O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2 – Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

7.2.1 – O objeto cotado deverá atender a todas as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

7.2.2 – A quantidade mínima a ser cotada, por participante, é a constante do Anexo I do Edital.

7.3 – A proposta cadastrada no campo próprio do sistema (www.licitacoes-e.com.br) deverá conter:

7.3.1 – A indicação da marca, modelo e/ou fabricante do item cotado;

7.3.2 – O **valor total do lote** cotado, expresso em moeda corrente nacional (R\$ - Real).

7.3.2.1 – Considerar-se-ão inclusos no preço apresentado todos os tributos, fretes e encargos, enfim todas as despesas inerentes ao atendimento das condições contidas neste edital e na proposta.

7.3.3 – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para abertura do certame.

7.3.4 – O prazo de execução dos serviços: máximo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

7.3.5 – Garantia dos materiais e das instalações de, no mínimo, 03(três) anos, a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.3.6 – A omissão do previsto nos subitens 7.3.1 e 7.3.2 implicará a desclassificação da proposta, sempre que os dados informados não permitirem a aferição da compatibilidade da proposta com o objeto licitado.

7.3.7 - A omissão dos prazos indicados nos subitens 7.3.3 a 7.3.5 não implicará a desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita dos prazos referidos.

7.4 – É facultada a inclusão de Anexo (arquivo), no campo próprio do sistema eletrônico, para maiores informações acerca dos produtos cotados, vedada a identificação da licitante.

7.4.1 – Quaisquer elementos, tais como: número de telefone/fax, endereço de e-mail, número do CNPJ, dados bancários etc., que possa identificar o licitante importará a desclassificação da proposta.

7.4.2 – O arquivo deverá ser anexado, quando for o caso, no formato PDF, ou desenvolvido na versão Office 2003.

7.4.2.1 – A não observância do disposto no subitem acima poderá acarretar a desconsideração do anexo.

7.5 – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá sofrer quaisquer retificações, ressalvada a hipótese de alteração de preço resultante de lance.

7.6 – A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.7 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.0 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

8.1 – A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no subitem 6.1.

8.2 – A presente licitação classifica-se pelo critério de **MENOR PREÇO (preço total do lote)**, desde que atendidas as especificações constantes neste Pregão.

8.3 – Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas pelo Pregoeiro as que estiverem em desacordo.

8.3.1 – Será desclassificada a proposta que:

8.3.1.1 – apresentar defeito capaz de dificultar o julgamento;

8.3.1.2 – contrariar disposição constante deste Edital ou das normas legais previstas no preâmbulo deste edital;

8.3.1.3 – prever majoração do preço cotado em razão de expectativa inflacionária ou variação cambial;

8.3.1.4 – apresentar uma segunda opção ou custo adicional;

8.3.1.5 – houver identificação do licitante;

8.3.1.6 – for reprovada pela análise fundamentada do gestor do contrato.

8.3.1.7 – Por inobservância do disposto nos subitens 7.3.6 e 7.4 deste edital.

8.4 – Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

8.5 – Não havendo lances ou em qualquer outra situação, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado pela Administração para a contratação.

9.0 – DOS LANCES

9.1 – No horário previsto no edital, terá início a sessão de disputa de preços entre os licitantes classificados pelo pregoeiro.

9.1.1 – Os lances deverão ser oferecidos pelo **PREÇO TOTAL DO LOTE**.

9.2 – Os licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2.1 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.2.2 – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.2.3 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.3 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4 – O tempo normal da etapa de lances será encerrado, a critério do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos aleatoriamente, findo o qual estará encerrada definitivamente a recepção de lances.

9.5 – Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

9.5.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.5.2 – não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 9.5, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.5.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 9.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.5.4 – o licitante enquadrado nos termos do subitem 9.5 deverá remeter a declaração constante no Anexo VI do edital da mesma forma e no mesmo prazo do subitem 11.2 a seguir. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.5.4.1 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.6 – Finda a etapa de lances, será imediatamente informada a proposta de menor preço.

10.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.1.1 – O limite de preços que serve de parâmetro para a aceitabilidade da(s) proposta(s), **inclusive quanto aos valores unitários** para cada item e para cada Lote, é parte integrante do termo de referência (Anexo I deste edital).

10.2 – O licitante que ofertou o melhor lance deverá remeter, imediatamente, preferencialmente via correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br ou pelo FAX: (81) 3225-3446, com posterior encaminhamento dos originais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação a proposta adequada ao menor valor obtido na sessão virtual de lances, contendo a descrição dos itens e todas as especificações mínimas exigidas, nos termos do Anexo I deste edital, e ainda:

10.2.1 – Proposta atualizada à fase de lances, se houver, contendo os preços unitários de cada lote e os preços totais do lote.

10.2.2 - Dados cadastrais bancários (código e nome do banco e da agência, cidade e unidade federativa, número da conta).

10.2.3 - A conta indicada deve estar vinculada ao número de CNPJ (ou CPF) constante nos documentos juntados aos autos por ocasião da habilitação.

10.2.4 - Endereço e número(s) de telefone(s) e fac-símile do escritório.

10.2.5 - Nome completo do representante para contato.

10.2.6 - Dados do representante legal da empresa ou do profissional que assinará a proposta de preços: nome completo, número do RG e identificação do órgão expedidor; número do CPF; endereço residencial.

10.3 – Será desclassificada do certame a proposta de preços apresentada em desacordo com a proposta eletrônica inicialmente cadastrada.

10.4 – É facultada a solicitação de amostra ao licitante que ofereceu o menor preço, para verificação de sua conformidade com o objeto desta licitação, a qual deverá ser enviada no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação, sem ônus para a Administração, sob pena de desclassificação do licitante no referido item.

10.4.1- Os parâmetros/critérios utilizados pelo Coordenador do CEMA para julgamento das amostras entregues, quando solicitadas, serão os seguintes:

10.4.1.1 – Verificação das características dos produtos ofertados com os especificados, tais como: material empregado, cor, etc;

10.4.1.2 – Verificação da conformidade de cada produto ofertado com os requisitos previstos no edital;

10.4.2 – As amostras aprovadas não poderão ser descontadas dos materiais a serem adquiridos;

10.4.2.1 - As amostras recebidas serão devolvidas aos licitantes, que terão o prazo de até 10 (dez) dias corridos para o recolhimento das mesmas, contados da notificação para tal, eximindo-se este Tribunal de qualquer ônus pela não retirada no prazo informado.

10.5 – Será facultada, ainda, a solicitação de apresentação de catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do(s) bem(ns) ofertado(s).

10.6 - Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.6.1 - Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para este TRT da 6ª Região.

11.0 – DA HABILITAÇÃO

11.1 – Encerrada a etapa de lances, examinada a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro efetuará consultas no SICAF para comprovar a regularidade da habilitação do licitante, ocasião em que será verificado o cumprimento das demais exigências para habilitação.

11.1.1 – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica e financeira, qualificação técnica (se exigível) e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, todos relacionados no ANEXO II deste edital.

11.2 – Os documentos relativos aos requisitos de habilitação porventura não compreendidos no SICAF deverão ser remetidos imediatamente, preferencialmente, via **correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br ou pelo FAX: 81-3225-3446**, com o posterior encaminhamento do original, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da sessão de disputa de preços, sob pena de inabilitação.

11.3 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis; cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.4 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.5 – Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.6 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo manifestação da intenção de recorrer, ser-lhe-á adjudicado o respectivo objeto.

11.7 – Se o adjudicatário não apresentar situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho estará sujeito às penalidades previstas no item 21.0. Neste Caso, o Pregoeiro ainda examinará a oferta subsequente e a habilitação do respectivo proponente, sucessivamente, observada a ordem de classificação, até encontrar uma que atenda ao edital de licitação, quando procederá às negociações para redução do preço ofertado.

12.0 – DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor, submetendo-o à homologação.

12.1.1 – Na hipótese de interposição de recurso, caberá a autoridade superior a adjudicação do objeto deste certame à empresa vencedora após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados.

13.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Após homologado o resultado desta licitação, o TRT 6ª Região convocará o proponente vencedor para a assinatura da Ata de registro de preços (Anexo VII).

13.2 - Após convocação, a ata deverá ser devolvida, devidamente assinada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogável uma única vez, a critério do TRT 6ª Região, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/05 e das penalidades contidas no item 22.0 deste edital.

13.3 - Ao assinar a ata de registro de preços, a empresa beneficiária obriga-se, mediante recebimento de nota de empenho, a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

13.4 - A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador.

13.5 - Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços deverão consultar o órgão gerenciador da ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.5.1 - Caberá ao fornecedor, beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5.2 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.6 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.7 – Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

13.8 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.9 - Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços ou a contratar com a Administração quando da efetiva aquisição e, conseqüentemente, não cumprir as obrigações contraídas, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto neste edital.

13.10 – Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

13.10.1 – Os licitantes informarão da redução do preço no CHAT DE MENSAGENS do Sistema licitações-e, até o momento da adjudicação da licitação.

13.10.2 – A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.11 – Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

13.11.1 – Será incluído na Ata de Registro de Preços o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com o preço igual ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame (Anexo da Ata de Registro de Preços (Anexo VII));

13.11.1.1 – O referido registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata, nas hipóteses previstas no subitem 16.0;

13.11.2 – A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

13.11.3 – Serão registrados na Ata de Registro de Preços (Anexo VII), nesta ordem:

13.11.3.1 – Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

13.11.3.2 – Os preços e quantitativos dos licitantes que aceitaram cotar o valor igual ao do licitante mais bem classificado;

13.11.3.2.1 – Se houver mais de um licitante na situação que trata o subitem acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.0 – DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. – Haverá realização periódica de pesquisa de mercado para verificação da vantajosidade da utilização da ata de registro de preços, nos termos do inc. XI do art. 9º do decreto nº 7.892/13.

14.2. - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

14.2.1 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o TRT 6ª Região (órgão gerenciador) deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.2.1.1 - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e os demais fornecedores serão convocados visando igual oportunidade de negociação.

14.2.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRT da 6ª Região (órgão gerenciador) poderá:

14.2.2.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

14.2.2.2 - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

14.3 - Não havendo êxito nas negociações, o TRT 6ª Região (órgão gerenciador) deverá proceder à revogação da ata de registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.4 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

15.0 – DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da ata.

16.0 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1 – descumprir as condições da ata de registro de preços;

16.1.2 – não retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3 – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

16.1.4 – tiver presentes razões de interesse público.

16.2 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado, por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

17.0 – DA CONTRATAÇÃO

17.1 – Será contratada a empresa classificada cuja proposta tenha sido homologada; e procedido regularmente à assinatura da Ata de Registro de Preços.

17.2 – Os serviços, objeto da contratação, serão executados na forma estabelecida no item 07 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

17.3 – A Administração indicará de forma precisa, individual e nominal, agente responsável para acompanhar e fiscalizar o objeto contratado, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

17.4- É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta licitação.

18.0 – DO PAGAMENTO

18.1 – O pagamento será efetuado à empresa contratada, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal devidamente atestada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras.

18.2 – O pagamento será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

18.2.1 – No caso da nota fiscal ser atestada com ressalva de que ocorreu fato passível de aplicação de penalidade contratual, a CONTRATADA, após a ciência do fato, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar o ocorrido, devendo o gestor, decorrido este período, encaminhar o processo à Administração para as medidas cabíveis.

18.2.2 – Será exigida a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação, ou a comprovação do cumprimento destas.

18.3 – Caso o contratante ultrapasse o prazo estipulado para pagamento, e desde que tenha dado causa ao atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida por este Tribunal, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{TX/100}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

18.4 – A compensação financeira prevista neste subitem será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

19.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 – A despesa correspondente ao objeto licitado tem por classificação: Elemento de Despesa: 4490.52.51 – Peças não incorporáveis à imóveis e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0026 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Estado de Pernambuco) do orçamento deste TRT 6ª Região.

20.0 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

20.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico (e-mail) cpl@trt6.jus.br.

20.2 – Após a declaração do vencedor, no momento imediatamente seguinte à sessão de lances, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante inconformado com a decisão do pregoeiro deverá registrar, de imediato, em campo próprio do sistema, os motivos de sua intenção de recorrer, sob pena de decadência; sendo-lhe, então, concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões em igual prazo, contados do término do prazo do recorrente.

20.2.1 – Na impossibilidade de conclusão do certame nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro concederá posteriormente, quando da declaração de vencedor, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para o registro em campo próprio do sistema dos motivos da intenção de recurso, procedendo-se a partir de então conforme disposição do subitem 20.2 deste edital.

20.3 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

20.4 – As razões e as contrarrazões de recurso, bem como, impugnação do edital, deverão ser dirigidas ao Pregoeiro no endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739, 3º andar, Bairro do Recife, Recife/PE, em dias úteis, no horário das 8 às 17 horas, o qual deverá receber; examinar; decidir e, conforme o caso submetê-las à autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

20.5 – As razões e contrarrazões bem como a impugnação ao instrumento convocatório poderão ser enviadas por meio do correio eletrônico: cpl@trt6.jus.br.

20.6 – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

20.7 - O Acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.8 – O Pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva, antes da homologação do procedimento.

20.9 – Os autos permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Coordenadoria de Licitações do TRT 6ª Região, no endereço contido no subitem 20.4 deste edital.

20.10 – Qualquer interessado poderá solicitar cópias dos documentos juntados aos autos do processo, desde que feita por meio de requerimento ao Pregoeiro.

21.0 – DAS PENALIDADES

21.1 – O licitante vencedor que descumprir as condições do presente Pregão ficará sujeito às penalidades previstas na legislação, aplicáveis na forma constante deste edital.

21.2 – A multa por inexecução total do contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

21.3 – Em se tratando de inexecução parcial do contrato, observar-se á:

21.3.1 – Quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada.

21.3.2 – Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE, ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais; respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem 21.3.1, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

21.4 – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado comprovante à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação; ou pode ser abatido do pagamento a que a empresa Contratada fizer jus ou será cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93.

21.5 – A aplicação da multa a que se referem os itens 21.2 e 21.3 deste edital não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato ou aplicar a suspensão do direito de licitar com a União por um período de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações previstas no Decreto nº 5.450/05 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

22.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 – O sistema eletrônico produzirá ata circunstanciada da sessão pública, após o encerramento do certame, a qual ficará acessível no portal www.licitacoes-e.com.br.

22.2 – É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que devessem constar originariamente da proposta/documentação.

22.3 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT 6ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4 – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes neste Regional.

22.6 – Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.7 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.8 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.9 – Em caso de divergência entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

22.10 – O edital encontra-se disponível nos portais eletrônicos www.trt6.jus.br ou www.licitacoes-e.com.br, bem como poderá ser retirado na Coordenadoria de Licitações e Contratos, situada no Cais do Apolo, 739, 3º andar, Bairro do Recife, no horário das 8 às 17 horas.

22.11 – Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.

22.12 – Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife, Seção Judiciária de Pernambuco para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Recife, 11 de outubro de 2013.

ANA LYLIA FARIAS GUERRA
Pregoeira – Port. TRT-SA nº 50/13

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 142/2013
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2013

1) OBJETO

1.1 - O objeto do presente termo consiste no registro de preço para a contratação de empresa especializada para fornecer e instalar divisórias nas dependências das unidades do Tribunal Regional da Sexta Região, a serem solicitadas pela Coordenadoria de Engenharia de Manutenção-CEMA deste Regional.

2) JUSTIFICATIVA -

2.1 - Este Regional utiliza-se comumente de divisórias para departamentalizar os espaços internos de seus imóveis, pois, seu fácil manejo possibilita adequá-los às reais necessidades de cada unidade. Em sendo assim, se faz necessária a contratação de fornecimento deste material para as diversas Unidades Administrativas do Tribunal, tanto para substituição daquelas já existentes quanto para instalação de novas, devido ao desgaste decorrente do tempo de uso ou às alterações nos leiautes das divisões administrativas, respectivamente.

O uso de divisórias representa, portanto, uma necessidade de contratações freqüentes, seja por desgastes decorrentes da utilização que obriguem suas substituições (infiltrações, ataque de insetos, dentre outros) ou pelas suas implantações, visando uma melhor funcionalidade da unidade. Destarte, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, o que faz com que a contratação se dê em forma parcelada, de acordo com a necessidade de cada imóvel.

Sendo assim, o registro de preços parece ser a forma mais adequada à presente contratação, podendo trazer mais economia e agilidade no fornecimento do presente objeto. A quantidade a ser registrada por cada empresa deve ser a prevista por cada item, com o objetivo de reduzir o preço unitário e possibilitar uma padronização das divisórias em todo o Estado.

Tendo em vista a quantidade e diversidade dos imóveis do Tribunal e das várias Unidades Trabalhistas, as necessidades de contratação, tanto para reposição em casos de reforma ou de imóveis novos, ocorrem por demanda e sob medida, conforme as características de cada imóvel, indicando a pertinência de licitação pelo sistema de Registro de Preços.

3) ESPECIFICAÇÃO/VALOR DE REFERÊNCIA

3.1 - Divisória composta de painéis (dimensões de 1,20 x 2,11m) em chapas duras de fibras de eucalipto, prensadas com acabamento em resina melamínica de baixa pressão em dois tipos de cor (areia e branca), com preenchimento em colméia, espessura de 35mm, estruturados em perfis de alumínio com pintura eletrostática em dois tipos de cor (preta e prata) e modulação básica de 1,20m e pé-direito médio de 3,00m, no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex.

3.2 - Porta composta de painéis (dimensões de 0,82 x 2,11m) em chapas duras de fibras de eucalipto, prensadas com acabamento em resina melamínica de baixa pressão em dois tipos de cor (areia e branca), com preenchimento em colméia, espessura de 35mm, com dobradiças em metal cromado e fechadura com maçaneta tipo alavanca em metal cromado em dois tipos de cor (preta e prata), própria para divisórias no padrão semelhante à da Lockwell.

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
01	Divisória painel/painel/painel, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	3.000 m ²	72,58	20,41	92,99	278.970,00
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	300 m ²	96,06	23,75	119,80	35.940,00
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	400 m ²	97,15	24,58	121,73	48.692,00
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	200 m ²	115,00	20,00	135,00	27.000,00
	Porta composta de painéis na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	300 unidades	283,60	56,66	340,26	102.078,00
	Divisória painel/painel/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	200 m ²	71,58	19,16	90,74	18.148,00
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	100 m ²	94,05	23,75	117,80	11.780,00

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	100 m ²	95,15	24,58	119,73	11.973,00
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	100 m ²	118,33	20,00	138,33	13.833,00
	Porta composta de painéis na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	50 unidades	278,60	52,91	331,51	16.575,50
VALOR TOTAL DO LOTE 01					R\$ 564.989,50	

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
02	Divisória painel/painel/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	200 m ²	82,58	20,41	102,99	20.598,00
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	40 m ²	107,05	23,75	130,80	5.232,00
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	30 m ²	108,15	24,58	132,73	3.981,90

Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor "areia Jundiaí" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²	136,66	20,00	156,66	3.133,20
Porta composta de painel na cor "areia Jundiaí" com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	20 unidades	296,60	60,41	357,01	7.140,20
Divisória painel/painel/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N1)	100 m ²	82,58	20,41	102,99	10.299,00
Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N2)	20 m ²	107,05	23,75	130,80	2.616,00
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	20 m ²	108,15	24,58	132,73	2.654,60
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²	136,66	20,00	156,66	3.133,20
Porta composta de painel na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades	292,60	57,91	350,51	3.505,10
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 62.293,20	

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	MAT.
03	Divisória painel/painel/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	100 m ²	90,58	21,66	112,24	11.224,00
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	40 m ²	115,05	23,75	138,80	5.552,00
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	20 m ² .	116,15	24,58	140,73	2.814,60
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	20 m ²	150,00	20,00	170,00	3.400,00
	Porta composta de painéis na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	10 unidades	304,60	60,41	365,01	3.650,10
	Divisória painel/painel/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	80 m ²	90,58	21,66	112,24	8.979,20
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	20 m ²	114,05	23,75	137,80	2.756,00

Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	20 m ²	115,15	24,58	139,73	2.794,60
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²	150,00	20,00	170,00	3.400,00
Porta composta de painéis na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades	299,60	55,41	355,01	3.550,10
VALOR TOTAL DO LOTE 03				R\$ 48.120,60	

4) LOCAIS DE INSTALAÇÃO

4.1 - Constantes no Anexo I deste Termo de Referência.

5) CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1 – A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a descrição do item cotado, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas;

5.2- O critério a ser adotado para o julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE (discriminado no item 3)**;

5.2.1- A adjudicação por lotes do objeto do contrato, também contemplando materiais e serviços, objetiva a economia financeira e temporal e ainda segurança na cobertura do período de garantia dos materiais. O agrupamento por lotes decorre da proximidade geográfica das Unidades, importando na influencia da economia de escala quando se gera a expectativa de compra de uma maior quantidade de produto a uma mesma empresa resultando uma redução dos preços, reverenciando o princípio da economicidade.

5.2.2 – No preço proposto deverão estar inclusos todos os tributos diretos e indiretos, mão-de-obra e despesas com entregas;

5.2.3 – A não cotação de qualquer produto indicado nos itens do respectivo lote acarretará a desclassificação da proposta de preço para aquele lote.

5.3- Os parâmetros/critérios utilizados pelo Coordenador do CEMA para julgamento das amostras entregues, quando solicitadas, serão os seguintes:

5.3.1 – Verificação das características dos produtos ofertados com os especificados, tais como: material empregado, cor, etc;

5.3.2 – Verificação da conformidade de cada produto ofertado com os requisitos previstos no edital;

5.3.3 – As amostras aprovadas não poderão ser descontadas dos materiais a serem adquiridos;

5.3.3.1 - As amostras recebidas serão devolvidas aos licitantes, que terão o prazo de até 10 (dez) dias corridos para o recolhimento das mesmas, contados da notificação para tal, eximindo-se este Tribunal de qualquer ônus pela não retirada no prazo informado.

5.4 – É facultada, ainda, a solicitação da apresentação dos documentos a seguir, sob pena de desclassificação do licitante no referido item:

5.4.1- Catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do(s) bem(ns) ofertado(s);

5.5- Prazo de garantia: Mínimo de 03 (três) anos a contar da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, sobre os itens e as instalações do objeto, respeitadas as condições normais de utilização por parte do CONTRATANTE ;

5.5.1- A CONTRATADA responderá, durante o período da garantia, pela qualidade e segurança das divisórias e componentes, devendo efetuar a troca imediata de componentes com defeitos de fabricação, bem como a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições decorrentes do procedimento de instalação, sem ônus para o CONTRATANTE;

5.6- A omissão na proposta de preços do prazo indicado no subitem 5.5, não implicará na desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita dos prazos neles indicados.

6) DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 – A licitante interessada deverá apresentar atestado de capacidade técnica para desempenho de atividade pertinente, devendo constar obrigatoriamente do mesmo a prestação de serviços de entrega e instalação de divisórias;

6.1.1– O atestado deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando que a empresa prestou os serviços solicitados no objeto de forma satisfatória.

6.1.1.1 – A empresa deverá comprovar, através de atestado(s) que forneceu no mínimo 10%(dez por cento) dos quantitativos registrados para cada Lote, ou seja:

LOTE 01	LOTE 02	LOTE 03
Divisória tipo N1: no mínimo 320 m ² ;	Divisória tipo N1: no mínimo 30 m ² ;	Divisória tipo N1: no mínimo 18 m ² ;
Divisória tipo N2: no mínimo 40 m ² ;	Divisória tipo N2: no mínimo 6 m ² ;	Divisória tipo N2: no mínimo 6 m ² ;
Divisória tipo N3: no mínimo 50 m ² ;	Divisória tipo N3: no mínimo 5 m ² ;	Divisória tipo N3: no mínimo 4 m ² ;
Divisória tipo N4: no mínimo 30 m ² ;	Divisória tipo N4: no mínimo 4 m ² ;	Divisória tipo N4: no mínimo 4 m ² ;
Portas: no mínimo 35 unidades	Portas: no mínimo 3 unidades	Portas: no mínimo 2 unidades

7) DEVERES DA CONTRATADA

7.1- Comunicar ao Contratante, por meio da Coordenadoria de Engenharia de Manutenção-CEMA, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data efetiva da entrega dos materiais;

7.2- Fazer acompanhar, quando da entrega dos materiais, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo administrativo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto do presente contrato com seus valores correspondentes;

7.3- Compete à empresa contratada efetuar a entrega do material de acordo com as condições e prazos propostos, bem como, reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação para tal. Serão recusados os materiais que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam às descrições dos objetos licitados;

7.3.1- As divisórias, portas e componentes serão fornecidas em conformidade com as marcas indicadas na proposta de preços da Contratada e instaladas rigorosamente de acordo com as especificações contidas no item 3.1 deste projeto básico e proposta da Contratada, cujas cotas (medidas) deverão ser conferidas no local de instalação pela contratada;

7.3.2- Será por conta da Contratada o transporte para o local de instalação das divisórias e todos os materiais necessários à execução dos serviços, assim como os equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços;

7.3.3- Será de responsabilidade da Contratada a mão-de-obra a ser empregada nos serviços de instalação, bem como as respectivas obrigações sociais e trabalhistas dos operários;

7.3.4- Será de responsabilidade da Contratada a reparação de quaisquer danos nas instalações físicas ocorridos em razão da instalação das divisórias;

7.3.5- A contratada ficará obrigada a empregar na execução dos serviços de instalação operários especializados, bem como afastar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, qualquer deles que porventura faltar com respeito ao Gestor do Contrato ou o responsável pela Unidade onde serão instaladas as divisórias.

7.4- Quando necessária a saída de bens a serem reparados na Sede da Contratada, no caso da inexistência de assistência na Cidade do Recife, a Contratada ou Assistência Técnica ficará obrigada a providenciar a retirada e devolução dos mesmos sem qualquer custo adicional para este Tribunal;

7.5- Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.6-Comprovar regularidade fiscal quando solicitada.

7.7- Emitir a nota fiscal em conformidade com a nota de empenho.

8) DEVERES DO CONTRATANTE

8.1- Permitir o acesso dos funcionários nos locais de execução dos serviços em horários previamente combinado;

8.2- Fiscalizar os serviços, fazer as devidas anotações e emitir relatórios;

8.3- Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8.4- Manter local disponível para o recebimento dos materiais;

8.5- Autorizar, quando necessária, a saída de bens a serem reparados na Sede da Contratada ou da Assistência indicada;

8.6- Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

8.7- Providenciar a publicação do resumo do presente contrato no Diário Oficial da União – DOU.

8.8- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

8.9- Atestar Notas Fiscais com ou sem ressalva no prazo contratual.

8.10- Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

8.11 – Fornecer pontos de força para ligação de ferramentas

9) PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

9.1- Será gestor do presente contrato o Coordenador da Coordenadora de Engenharia de Manutenção - CEMA do Contratante e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93 atualizada, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

9.2 - O Contratante exercerá a fiscalização, desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, através de profissionais qualificados integrantes da Coordenadoria de Engenharia de Manutenção ou da CPLAN, devidamente habilitados ao acompanhamento técnico e controle dos trabalhos.

9.3 - O Contratante poderá paralisar e/ou solicitar a correção de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o planejamento, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

9.4- O Contratante poderá solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;

9.5-O Contratante exercerá rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

9.6-O Contratante poderá verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato, mediante prévia análise e aferição por profissional do Tribunal com a compatível atribuição técnica.

10-PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.1- O prazo para início dos serviços de instalação das divisórias e ou portas é de 20(vinte) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço a ser emitida pelo Gestor do Contrato da contratante.

A execução dos serviços deverá obedecer à seguinte tabela de produtividade mínima:

Tipo de serviço	Produtividade
Divisória tipo N1	30 m ² /dia
Divisória tipo N2	25 m ² /dia
Divisória tipo N3	25 m ² /dia
Divisória tipo N4	20 m ² /dia
Porta	8 portas/dia

10.1.1 - Em caso de descumprimento do prazo de execução, o Gestor informará a Administração que instaurará os procedimentos administrativos devidos, com vistas à aplicação das sanções impostas por lei.

10.2 - Horário De Execução Dos Serviços:

Todos os serviços de instalação serão executados fora do horário de expediente (no caso de áreas em uso) ficando estabelecido que o início diário dos trabalhos será a partir das 17:00h, de segunda a sexta, exceto aqueles a serem executados na parte externa dos edifícios, tais como carga/descarga de equipamentos/materiais e desde que não venham a prejudicar o andamento dos trabalhos desenvolvidos nas Unidades, por exemplo: ruído excessivo. Excepcionalmente, caso haja necessidade, o responsável pela Unidade poderá autorizar a execução dos serviços dentro do horário de expediente.

10.3 - Entrega Dos Serviços:

Ao considerar concluídos os serviços de instalação, será emitido pela fiscalização do CONTRATANTE o Termo de Recebimento Definitivo, a partir do qual deverá a CONTRATADA apresentar a respectiva Nota Fiscal para atesto e pagamento.

10.4- Para recebimento dos serviços os locais deverão estar completamente limpos, sem manchas de qualquer tipo. Qualquer dano aos pisos, parede e outros itens já existentes nas áreas, deverá ser reparado antes da efetiva informação de conclusão dos serviços.

11) SANÇÕES

11.1- A empresa vencedora estará sujeita às penalidades previstas no edital de licitação, em conformidade com disposto na Lei nº. 8.666/93 e Minuta de Contrato.

12) PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

12.1 - O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

13) DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento pelos serviços contratados será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal, a qual deverá ser devidamente atestada pelo gestor do contrato.

14) DO ANEXO

14.1 - É parte integrante deste Termo o Anexo , contendo as localidades para instalação das divisórias.

15) DO ORÇAMENTO

15.1 - As despesas correspondentes ao objeto a ser licitado têm por classificação: elemento 4490.52.51 – Peças não incorporáveis a imóveis e programa de trabalho: 02.061.0571.4256.0026 – Apreciação de Causas na Justiça do trabalho- plano orçamentário 1, do orçamento deste TRT 6ª Região.

**ANEXO
(LOCAIS DE INSTALAÇÃO)**

ÁREA 01

Municípios: Recife, Cabo de Santo Agostinho, Escada, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão.

IMÓVEL		ENDEREÇO
RECIFE		
1.	Tribunal Regional do Trabalho – TRT 6ª. Região	Cais do Apolo, 739 – Bairro do Recife – Recife
2.	Anexo III – Galpão da Secretaria Administrativa/SA (Coordenadoria de Material-CM/SA e Seção de Manutenção-SM/CEMA/SA)	Rua do Brum, 617 – Bairro do Recife – Recife
3.	Anexo IV – Galpão da Secretaria de Segurança, Transporte e Telefonia/SSTT (Seção de Transportes-ST/SSTT)	Rua do Brum, 107 – Bairro do Recife – Recife
4.	Escola Judicial do TRT6-EJ (Presidência)	Av. Beberibe, 301 – Encruzilhada – Recife
5.	Edifício SUDENE – Fórum Advogado José Barbosa de Araújo: Subsolo, Térreo, 1º. andar, 6º. ao 11º. (23 Varas e Apoio Administrativo), Distribuição dos Feitos e Protocolo Geral, NDMJ, Biblioteca, Hasta Pública e apoio.	Praça Ministro Gonçalves de Souza, s/n – Engenho do Meio – Recife
6.	Unidade Afogados	Rua Motocolombó, 310 – Afogados – Recife
7.	Memorial da Justiça do Trabalho-MJT (Presidência)	Av. Engº. Domingos Ferreira, 3510 – Boa Viagem – Recife
CABO		
1.	Fórum Trabalhista do Cabo de Santo Agostinho	Av. Presidente Getúlio Vargas, 576 – Centro – Cabo de Santo Agostinho
ESCADA		
1.	Vara do Trabalho de Escada	Rua Pedro Batista, s/n – Loteamento Maracujá – Escada
IGARASSU		
1.	Unidade de Igarassu	BR 101 Norte, Km 26 – Igarassu
2.	Fórum Trabalhista de Igarassu (1ª. e 2ª. Vara do Trabalho)	BR 101 Norte, Km 27 – Igarassu
IPOJUCA		
1.	Distribuição e 1ª. Vara do Trabalho de Ipojuca	Rua Vereador Antônio Bonifácio, 54 – Centro – Ipojuca
2.	2ª. Vara do Trabalho de Ipojuca	Av. Francisco Alves de Souza, 95 – Centro – Ipojuca
3.	3ª. Vara do Trabalho de Ipojuca	Rua Hilda da Costa Monteiro, 210 – Centro – Ipojuca
JABOATÃO DOS GUARARAPES		
1.	1ª., 4ª. e 5ª. Vara do Trabalho de Jaboatão	Estrada da Batalha, 1200/1238 – Prazeres - Jaboatão dos Guararapes
2.	Distribuição, 2ª. e 3ª. Vara do Trabalho de Jaboatão	Estrada da Batalha, 1200/1285 Prazeres – Jaboatão dos Guararapes
3.	Unidade Piedade	Rua Arão Lins de Andrade, 182 – Piedade – Jaboatão dos Guararapes
OLINDA		
1.	Fórum Trabalhista de Olinda - Distribuição, 1ª., 2ª. e 3ª. Vara do Trabalho de Olinda	Rodovia PE 15, km 4,8 – Cidade Tabajara – Olinda
PAULISTA		
1.	Fórum Trabalhista de Paulista - Distribuição, 1ª. e 2ª. Vara do Trabalho de Paulista	Rua Epitácio Pessoa, 275 – São Sebastião – Paulista
SÃO LOURENÇO DA MATA		
1.	Vara do Trabalho de São Lourenço da Mata	Rua Dr. João Severiano, 30 – Centro – São Lourenço da Mata
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO		
1.	Vara do Trabalho de Vitória de Santo Antão	BR 232, Km 50,5 – Vitória de Santo Antão
2.	Arquivo Geral	BR 232, Km 50,5 – Vitória de Santo Antão
3.	Galpão Arquivo Geral - Anexo 1	Rua Henrique de Holanda, 89 – Vitória de Santo Antão
4.	Galpão Arquivo Geral - Anexo 2	Rua Henrique de Holanda, 89-A – Vitória de Santo Antão

ÁREA 2

Municípios: Barreiros, Belo Jardim, Carpina, Caruaru, Catende, Garanhuns, Goiana, Limoeiro, Nazaré da Mata, Palmares, Pesqueira, Ribeirão, Sertânia, Surubim e Timbaúba.

IMÓVEL		ENDEREÇO
BARREIROS		
a)	Fórum Trabalhista de Barreiros	Av. Tancredo Neves, s/n – Centro – Barreiros
BELO JARDIM		
1.	Vara do Trabalho de Belo Jardim	Rua Geminiano Maciel, 140 – Centro – Belo Jardim
CARPINA		
1.	Vara do Trabalho de Carpina	Av. Martinho Francisco, s/n – Cajá – Carpina
CARUARU		
1.	1ª., 2ª. VT e Distribuição dos Feitos de Caruaru	Av. Agamenon Magalhães, 814 – Maurício de Nassau – Caruaru
2.	3ª. Vara do Trabalho de Caruaru	Rua Visconde de Inhaúma, 2170 – Nova Caruaru – Caruaru
CATENDE		
1.	Vara do Trabalho de Catende	Av. Paulo Guerra, 272 – Centro – Catende
GARANHUNS		
1.	Vara do Trabalho de Garanhuns	Rua São Bento, São José, s/n – Garanhuns
GOIANA		
1.	Vara do Trabalho de Goiana	Av. André Vital de Negreiros, 17 – Centro – Goiana
LIMOEIRO		
1.	Vara do Trabalho de Limoeiro	Rua Severino Vasconcelos Aragão, 114 – José Fernandes Salsa – Limoeiro
NAZARÉ DA MATA		
1.	Vara do Trabalho de Nazaré da Mata	Praça Fernando Ferreira, 23, Centro – Nazaré da Mata
PALMARES		
1.	1ª. Vara do Trabalho de Palmares	Av. Miguel Jassely, 13, COHAB I – Palmares
2.	2ª. Vara do Trabalho de Palmares	Rua Violeta Griz, 240 – Santa Rosa – Palmares
PESQUEIRA		
1.	Vara do Trabalho de Pesqueira	Av. Ezio Araújo, 255 – Centro – Pesqueira
RIBEIRÃO		
1.	1ª. Vara do Trabalho de Ribeirão	BR 101 Sul, Km 82 – Ribeirão
2.	2ª. Vara do Trabalho de Ribeirão	BR 101 Sul, Km 82 – Ribeirão
SERTÂNIA		
1.	Termo Judicial de Sertânia	Av. Agamenon Magalhães, 113 – Centro – Sertânia
SURUBIM		
1.	Termo Judicial de Surubim	Rua Oscar Loureiro, s/n – Centro – Surubim
TIMBAÚBA		
1.	Vara do Trabalho de Timbaúba	Av. Estudante Micheline P. Campos, 290 – Loteamento Araruna – Timbaúba

ÁREA 03

Municípios: Araripina, Floresta, Petrolina, Salgueiro e Serra Talhada.

IMÓVEL		ENDEREÇO
ARARIPINA		
1.	Vara do Trabalho de Araripina	Rua Ana Ramos Lacerda, s/n – Centro – Araripina
FLORESTA		
1.	Termo Judicial de Floresta	Rua Alcina Torres de Araújo, s/n – Centro – Floresta
PETROLINA		
1.	1ª., 2ª. VT e Distribuição dos Feitos de Petrolina	Av. Fernando Menezes de Góes, s/n – Centro – Petrolina
2.	3ª. Vara do Trabalho de Petrolina	Rua Antonio Padilha, 55 – Centro – Petrolina
SALGUEIRO		
1.	Vara do Trabalho de Salgueiro	BR 232, Km 519, s/n – COHAB – Salgueiro
SERRA TALHADA		
1.	Vara do Trabalho de Serra Talhada	Av. Vicente Inácio de Oliveira, s/n – Bom Jesus – Serra Talhada

ANEXO II EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1.0 – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.1 – Relativos à Habilitação Jurídica

1.1.1 – Documento de constituição jurídica da empresa: Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, (consolidado e/ou acompanhado de todas as alterações posteriores), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

1.1.2 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

1.2 – Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

1.2.1 – Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (CND).

1.2.2 – Certidão de regularidade relativa ao FGTS (CRF).

1.2.3 – Certidão de regularidade relativa à Fazenda Federal:

1.2.3.1 – Relativa aos Tributos Federais.

1.2.3.2 – Relativa à Dívida Ativa.

1.2.4 – Certidão de regularidade relativa à Fazenda Estadual.

1.2.5 – Certidão de regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.

1.2.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/11)

1.2.7 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

1.3 – Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

1.3.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.3.1.1 – Os documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou, em se tratando de sociedades civis, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

1.3.1.2 – As empresas criadas no exercício em curso devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

1.3.1.3 – A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à longo prazo}}$$

1.3.1.4 – Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 01 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral).

1.3.2 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da empresa licitante nos últimos 90 (noventa) dias, contados da data designada no preâmbulo deste edital, ressalvada a hipótese em que conste a data de validade nesta certidão.

1.4 - Relativos à Qualificação Técnica

1.4.1 – Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação mediante apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa prestou satisfatoriamente serviços de entrega e instalação de divisórias de, no mínimo, 10%(dez por cento) dos quantitativos registrados por cada Lote, a saber:

LOTE 01	LOTE 02	LOTE 03
Divisória tipo N1: no mínimo 320 m ² ;	Divisória tipo N1: no mínimo 30 m ² ;	Divisória tipo N1: no mínimo 18 m ² ;
Divisória tipo N2: no mínimo 40 m ² ;	Divisória tipo N2: no mínimo 6 m ² ;	Divisória tipo N2: no mínimo 6 m ² ;
Divisória tipo N3: no mínimo 50 m ² ;	Divisória tipo N3: no mínimo 5 m ² ;	Divisória tipo N3: no mínimo 4 m ² ;
Divisória tipo N4: no mínimo 30 m ² ;	Divisória tipo N4: no mínimo 4 m ² ;	Divisória tipo N4: no mínimo 4 m ² ;
Portas: no mínimo 35 unidades	Portas: no mínimo 3 unidades	Portas: no mínimo 2 unidades

1.5 – Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal

1.5.1 – Declaração da empresa licitante de que não emprega mão-de-obra infantil, nos moldes do Anexo IV deste Edital, devidamente assinada pelo representante legal.

2.0 – Demais disposições

2.1 – A empresa licitante, devidamente inscrita no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, regulamentado pela Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/1995) poderá deixar de apresentar os documentos exigidos nos subitens 1.2.1 a 1.2.5 e 1.3.1 deste anexo, que serão pesquisados por meio eletrônico.

2.2 – Se algum documento exigido para a habilitação constar no SICAF com a validade exaurida ou com índice de liquidez igual ou inferior a 01 (um), deverá a empresa enviar a(s) respectiva(s) certidão(ões) atualizada(s) e o Balanço Patrimonial, juntamente com os demais documentos de habilitação.

2.3 – A empresa que pretender a substituição prevista no item 2.1 deste anexo deverá apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação e de ciência da obrigatoriedade de declarar a superveniência de tais fatos, sob pena de inabilitação (Anexo III).

2.4 – Deve ser enviada, juntamente com os documentos de habilitação, comprovação que a pessoa física que assina as declarações referidas nos itens 1.4.1 e 2.3 deste anexo está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

2.5 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados:

2.5.1 – de forma legível e dentro do prazo de validade nele expresso (quando houver);

2.5.2 – se fotocópia, autenticada ou acompanhada do documento original; exceto para os documentos cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico;

2.5.2.1 – havendo algum problema operacional que impossibilite a verificação por meio eletrônico a autenticidade de algum documento, o Pregoeiro diligenciará ulteriormente.

2.6 – Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

2.7 – Caso a licitante seja uma filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto a certidão exigida no subitem 1.3.2 deste anexo.

2.7.1 – Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.8 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

2.9 – A empresa enquadrada como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, deverá apresentar a declaração constante no Anexo VI do edital, juntamente com os documentos que comprovem o seu enquadramento.

2.10 – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvado o disposto no subitem 1.2.7.

ANEXO III

Modelo da declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ: _____, por intermédio do seu representante legalmente habilitado para tal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da cédula de identidade de nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no procedimento licitatório Pregão Eletrônico TRT6 nº **Pr-e-72/13 - Proc. TRT6 nº 142/2013**, que não existe fato impeditivo de sua habilitação ao certame, estando ciente da obrigação de declarar a superveniência de tais fatos.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(assinatura do representante legal) _____

OBSERVAÇÃO: Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina a declaração acima está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

ANEXO IV

Modelo da declaração, conforme decreto nº 4.358, de 05/09/2002

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico TRT6 nº **Pr-e-72/13 - Proc. TRT6 nº 142/2013**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura) _____

OBSERVAÇÃO: Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina as declarações acima descritas está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, CEP _____, fone/fax _____, e-mail: _____, para o fornecimento, com instalação, **de divisórias** nas diversas Unidades Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, conforme as especificações e condições estabelecidas na Licitação do Pregão Eletrônico nº **Pr-e-72/2013**.

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
01	Divisória painel/painel/painel, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	3.000 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	300 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	400 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	200 m ²				
	Porta composta de painéis na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	300 unidades				
	Divisória painel/painel/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	200 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	100 m ²				

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	100 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	100 m ²				
	Porta composta de painéis na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	50 unidades				
VALOR TOTAL DO LOTE 01 R\$						

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
02	Divisória painel/painel/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	200 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	40 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	30 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
	Porta composta de painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	20 unidades				

	Divisória painel/painel/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N1)	100 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N2)	20 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	20 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
	Porta composta de painel na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades				
VALOR TOTAL DO LOTE 02 R\$						

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST	MAT.
03	Divisória painel/painel/painel, na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N1)	100 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm, na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N2)	40 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	20 m ² .				

Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
Porta composta de painéis na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades				
Divisória painel/painel/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N1)	80 m ²				
Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N2)	20 m ²				
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	20 m ²				
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
Porta composta de painéis na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades				
VALOR TOTAL DO LOTE 03 R\$					

(*) Concordamos com todas as especificações do Edital - **Pr-e-72/13**.

- **PRAZO DE ENTREGA:**
- **PRAZO DE VALIDADE/GARANTIA:**
- **DADOS BANCÁRIOS COMPLETOS:**
- **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:**
- **ENDEREÇO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAC-SIMILE DO ESCRITÓRIO**

OBSERVAÇÃO:

1) A empresa **licitante não deverá ser identificada** até a conclusão da fase de lances.

2) Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação.

Local e data:

(nome do representante legal da empresa)
(nº do RG do signatário ou outro documento equivalente)
(nº do CPF do signatário)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ (órgão expedidor: _____) e do CPF nº _____, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) _____, ____ de _____ de _____

(representante legal, assinatura)

ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº__

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.566.224/0001-90, com sede no Cais do Apolo nº 739, no bairro do Recife, neste ato representado pelo Exmº Sr. Desembargador Presidente, **Dr. IVANILDO DA CUNHA ANDRADE**, brasileiro, magistrado, inscrito no CPF/MF sob o nº., residente e domiciliado na cidade de Recife/PE, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 072/13, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o nº..... , estabelecida à Rua , neste ato representado(a) pelo(a) Sr., , residente à , inscrito no CPF/MF sob nº e Identidade nº , doravante denominada **FORNECEDORA**, sujeitando-se as partes ao edital de licitação Pregão nº 072/13, às determinações das Leis nºs 8.666/93 atualizada, 10.520/02, Decretos nºs 5.450/2005 e 7.892/13, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento, com instalação, de divisórias nas diversas Unidades Administrativas do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região.

1.2 - São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão nº 072/13 e a proposta da FORNECEDORA.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços serão executados de acordo com o estabelecido no item 10 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº 072/13).

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - O **TRIBUNAL** pagará à **FORNECEDORA** o valor conforme descrição, quantidades e preços abaixo descritos:

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
01	Divisória painel/painel/painel, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	3.000 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	300 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	400 m ²				

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	200 m ²				
	Porta composta de painéis na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	300 unidades				
	Divisória painel/painel/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	200 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	100 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	100 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	100 m ²				
	Porta composta de painéis na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	50 unidades				
VALOR TOTAL DO LOTE 01 R\$						

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST.	TOTAL
02	Divisória painel/painel/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	200 m ²				

Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N2)	40 m ²				
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	30 m ²				
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
Porta composta de painel na cor "areia Jundiá" com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	20 unidades				
Divisória painel/painel/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N1)	100 m ²				
Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N2)	20 m ²				
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N3)	20 m ²				
Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
Porta composta de painel na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades				
VALOR TOTAL DO LOTE 02 R\$					

LOTE	DIVISÓRIAS E PORTAS – TIPOS	QUANTID.	CUSTO UNITÁRIO			CUSTO TOTAL
			MAT.	INST.	MAT/INST	total
03	Divisória painel/painel/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	100 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	40 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	20 m ² .				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, painel na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				
	Porta composta de painéis na cor “areia Jundiá” com perfis na cor preta. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex)	10 unidades				
	Divisória painel/painel/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N1)	80 m ²				
	Divisória painel/painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N2)	20 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/painel, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N3)	20 m ²				
	Divisória painel/vidro cristal de 4mm/vidro cristal 4mm, na cor “branca” com perfis na cor alumínio natural, com fornecimento do vidro. (no padrão semelhante ao do “Naval” da Eucatex - tipo N4)	20 m ²				

	Porta composta de painéis na cor "branca" com perfis na cor alumínio natural. (no padrão semelhante ao do "Naval" da Eucatex)	10 unidades				
VALOR TOTAL DO LOTE 03 R\$						

2.2 - O pagamento será efetuado conforme o disposto no item 18.0 (DO PAGAMENTO) do Edital do Pregão nº 72/13.

2.3 - Estão incluídos no preço unitário todos os tributos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte, as quais correrão por conta da **FORNECEDORA**.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas oriundas deste Registro de Preços correrão à conta da classificação da despesa 4490.52.51 – Peças não incorporáveis à imóveis; do Programa de Trabalho 02.061.0571.4256.0026 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho no Est. de PE – plano orçam. 01, do orçamento do Tribunal do Trabalho da Sexta Região.

DA VIGÊNCIA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

5.1 - A **FORNECEDORA** compromete-se a cumprir com todas as obrigações previstas no item 08 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº 072/13), em consonância com a proposta apresentada.

5.2 - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Pregão nº 072/13.

DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

6.1 - O **TRIBUNAL** compromete-se a cumprir com todas as obrigações previstas no item 07 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão nº 072/13) e ainda:

6.1.1. registrar os defeitos, falhas e/ou imperfeições, detectadas e imediatamente comunicar à contratada;

6.1.2. conduzir eventuais procedimentos administrativos de negociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades por descumprimento ao pactuado neste termo;

6.1.3. consultar a **FORNECEDORA** quanto ao interesse no fornecimento do objeto registrado nesta Ata a outros órgão(s) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata de Registro de Preços;

6.2. Será gestor da futura contratação o Coordenador de Engenharia de Manutenção – CEMA - do Contratante e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº 8.666/93 atualizada, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A **FORNECEDORA** poderá ter seu registro cancelado:

7.1.1. Por iniciativa da Administração, quando:

7.1.1.1. não cumprir as exigências do edital de licitação do Pregão nº 072/13 e as condições da presente Ata de Registro de Preços;

7.1.1.2. der causa à rescisão administrativa decorrente desta Ata de Registro de Preços;

7.1.1.3. não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

7.1.1.4. não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação, face as razões de interesse público, devidamente justificados;

7.1.2 Por iniciativa da própria **FORNECEDORA**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências inseridas neste Registro de Preços, em função de fato superveniente, aceito pela Administração, que comprovadamente venha a comprometer a execução desta Ata.

7.2 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado nos autos do Processo nº 142/13, com decisão fundamentada da Presidência deste Tribunal.

DAS PENALIDADES

8.1 - Na hipótese de se verificar atraso no fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços ou na sua substituição, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas, ficará a **FORNECEDORA** sujeita, garantida a prévia e ampla defesa em regular processo administrativo, às penalidades constantes no item 21.0 (DAS PENALIDADES) do Edital de Pregão nº 072/13.

8.2 - Poderão ser aplicadas, ainda, as demais cominações previstas nos Decretos nº 5.450/2005, 7.892/2013 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93.

DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal no Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente Ata de Registro de Preços, que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado tem, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

DOS ANEXOS

10.1 - São partes integrantes desta Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão nº 072/13 e a proposta da **FORNECEDORA**.

10.2 - Registro dos Licitantes, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A existência da presente Ata de Registro de Preços não obriga este Tribunal a firmar futuras solicitações.

E, por estarem justos e acordados, foi a presente Ata de Registro de Preços confeccionada em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, que vai subscrito pelo **TRIBUNAL** e pela **FORNECEDORA**, para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos.

Recife(PE), de _____ de 2013.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

EMPRESA FORNECEDORA

Anexo da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Registro das licitantes que aceitam cotar o bem com preço igual ao do licitante vencedor, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

<u>LOTE 01</u>	
CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE
1º	EMPRESA: CNPJ:
2º	EMPRESA: CNPJ:
3º	EMPRESA: CNPJ:
4º	EMPRESA: CNPJ:
5º	EMPRESA: CNPJ:

<u>LOTE 02</u>	
CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE
1º	EMPRESA: CNPJ:
2º	EMPRESA: CNPJ:
3º	EMPRESA: CNPJ:
4º	EMPRESA: CNPJ:
5º	EMPRESA: CNPJ:

<u>LOTE 03</u>	
CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE
1º	EMPRESA: CNPJ:
2º	EMPRESA: CNPJ:
3º	EMPRESA: CNPJ:
4º	EMPRESA: CNPJ:
5º	EMPRESA: CNPJ: